

ESPAÇOS DE FORMAÇÃO E ARTICULAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA NA ZONA DA MATA MINEIRA: A EXPERIÊNCIA DA INTECOOP/UFJF

**Mariana Costa Carvalho - doutoranda em Serviço Social na UERJ; Luíza Bastos
Freesz - graduanda em Geografia na UFJF; Rodrigo Diaz de Byvar Venâncio -
graduando em Serviço
Social na UFJF**

**marianaccarvalho@yahoo.com.br; luizafreesz@gmail.com;
rodrigodiazvenancio@hotmail.com**

**Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares/ Pró-Reitoria de Extensão
Universidade Federal de Juiz de Fora
GT 1- Formação em economia solidária e extensão universitária**

Resumo

Através da dimensão extensionista, a Intecoop/UFJF se efetiva em importante espaço para incorporação de demandas dos trabalhadores desempregados ou em situação de precarização do trabalho em Juiz de Fora/MG e microrregião, realizando acompanhamento a associações e cooperativas populares visando geração de trabalho e renda, através da experiência da economia solidária. A partir dos espaços de formação política e articulação - fóruns, feiras, oficinas e cursos, apontamos como principais desafios as dificuldades nas relações interpessoais; participação residual do poder público; ausência de recursos para investimento; desconhecimento das legislações; baixa adesão de professores na proposta da incubadora. Sinalizamos, ainda, como estratégias, maior articulação entre as regionais de Minas Gerais; criação de fóruns locais; formação contínua em economia solidária e efetivação de parcerias.

INTRODUÇÃO

Diante da conjuntura no qual a coletividade, sob a égide capitalista, reproduz uma crise estrutural que perpassa as dimensões econômica, social, ambiental, cultural e civilizatória, colocando em cheque o padrão societário individualista e pautado no consumo excessivo que produz desigualdades, vários sujeitos têm buscado formas de sobrevivência reunindo saberes tradicionais em pequenos focos de resistência, sendo uma delas as experiências de economia solidária.

As atividades populares empreendidas a partir da perspectiva da economia solidária impactam nas condições de vida mais gerais das pessoas no seu plano socioterritorial, como a melhoria da infraestrutura urbana, por exemplo, não se limitando ao seu aspecto econômico, mas também envolvendo “[...] as dimensões social, política, cultural e ambiental num determinado contexto espacial” (FRANÇA FILHO, 2006, p.262).

As iniciativas de economia solidária caracterizam-se pela constituição de espaços públicos comunitários, onde os próprios indivíduos decidem os rumos do desenvolvimento que almejam para suas respectivas comunidades (SINGER, 2002).

Nesse âmbito, a Intecoop/UFJF (Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Juiz de Fora) surge para acompanhar e dar suporte às cooperativas e associações do município de Juiz de Fora e região, pautadas nos princípios da Economia Solidária.

A partir dos espaços de formação política e articulação, como fóruns, feiras, oficinas e cursos, observou-se grande parte de seus participantes, mesmo que inseridos em empreendimentos da Economia Solidária, não tinham ampla compreensão do significado do movimento da Ecosol. Nessa direção, o presente artigo tem por objetivo analisar a importância e a necessidade de espaços de formação em Economia Popular Solidária, com base na experiência da Intecoop/UFJF.

1 HISTÓRICO DA INTECOOP/UFJF

Surgindo no início de 1990, em contexto de crise do Estado na formulação e implementação de políticas públicas, aumento do desemprego e crise das formas tradicionais de emprego, as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP's) oferecem suporte na formação e desenvolvimento de geração de trabalho e renda, sob forma de cooperativas e associações populares.

No Brasil, as experiências de cooperativas autogestionárias datam dos anos 1980 que, em conjunto com o processo de redemocratização do Brasil, setores da sociedade começaram a propor que a democracia não deveria ficar restrita só a política institucional, podendo se expandir para outras esferas da vida, principalmente no mundo do trabalho. Passa a surgir

um movimento na sociedade brasileira, em que trabalhadores de diferentes ramos de atividade iniciam a formação de cooperativas; movimentos sociais passam a fomentar práticas de autogestão; universidades e outras entidades passam a apoiar a formação de cooperativas e associações.

Entretanto, há que se afirmar que críticas existem sobre as possibilidades de desenvolvimento por meio da economia solidária. O Estado capitalista está arquitetado para promover o desenvolvimento do próprio capital, tornando-se impossível enxergar outras formas de organização do trabalho distinta dessa lógica. Desta forma, a economia de setores populares, construída sob outros valores, passa a ser vista como residual e compensatória.

A marginalidade da economia solidária faz com que esse modelo de organizar o trabalho, comercialização e relações, seja tratado com estratégias próprias dos coletivos ou com auxílio de políticas inadequadas e fazem com que instrumentos importantes para o rompimento do círculo da pobreza sejam reduzidos (FRANÇA FILHO & LAVILLE, 2004).

A economia solidária vem se consolidando como importante experiência na busca por práticas sustentáveis, democráticas e inclusivas, na medida em que fortalece essas instâncias coletivas de discussões, construídas a partir das experiências comunitárias e populares. Por meio dos projetos desenvolvidos por docentes e discentes vinculados à universidade, torna-se possível à construção dos conhecimentos e estratégias que contribuem para minorar a situação de desemprego e subemprego.

A Intecoop é criada em 1998 na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), como um projeto de extensão que oferece suporte à formação e desenvolvimento de geração de trabalho e renda, sob a forma de cooperativas e associações populares.

A Intecoop/UFJF objetiva acompanhar a formação de cooperativas e associações, a partir dos princípios da economia solidária, com vistas à geração de trabalho e renda e inclusão social. A incubadora propõe-se a desenvolver uma metodologia de incubação inovadora, situando seu lugar de articuladora do potencial técnico-científico da UFJF a serviço das necessidades dos sujeitos em situação de precariedade, como forma de geração de novas tecnologias que contribuam para uma sociedade mais igualitária e democrática.

Durante os anos em que esteve ativa, a Intecoop/UFJF acompanhou 35 empreendimentos, inserindo no mercado de trabalho de Juiz de Fora e microrregião aproximadamente 600 trabalhadores, nas áreas de artesanato, coleta e reciclagem de resíduos sólidos, produção,

beneficiamento e comercialização de alimentos, agricultura familiar, prestação de serviços técnicos e administrativos, e confecção (UFJF, 2016).

Após um período de inatividade, as ações da Intecoop/UFJF começaram a ser retomadas em 2016 através do projeto “Revitalização e fortalecimento da incubação de empreendimentos econômicos solidários do Núcleo da Economia Solidária (NUSOL/UFJF)”, inscrito no Edital MCTI-SECIS/MTE-SENAES/CNPq nº 21/2015. Em novembro de 2016 realiza o Seminário Regional Integrado de Agroecologia, Apicultura e Economia Solidária¹, como marco de efetivação das atividades da incubadora.

Atualmente, a Intecoop/UFJF conta com uma equipe composta por uma técnica, uma docente e sete bolsistas dos seguintes cursos: cursos de Ciências Contábeis, Comunicação Social, Direito, Engenharia Civil, Geografia, Pedagogia, Serviço Social e Turismo. Dá continuidade ao seu processo de reativação com a execução dos projetos “Fortalecimento da geração de renda e autonomia de coletivos de economia solidária em Juiz de Fora e microrregião”, desenvolvido com recurso de emenda parlamentar da Deputada Federal Margarida Salomão – PT/MG, e o projeto de extensão “Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (Intecoop/UFJF): reativação da extensão universitária como importante campo de fortalecimento de coletivos populares de geração de renda”, vinculado a Faculdade de Serviço Social da UFJF.

2. EDUCAÇÃO E ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS

A educação tem papel preponderante na Economia Popular Solidária, pois é por meio dela que o sujeito pode tomar ciência da realidade e da sua capacidade de mudá-la. Paul Singer, em prefácio da obra de Gadotti (2009), pontua que a educação é essencial para o avanço da economia solidária, sendo ela aquela que começa por negar que os papéis de educador e de educando sejam desempenhados sempre pelas mesmas pessoas (GADOTTI, 2009, p.15). A

¹ O Seminário Regional Integrado da Agroecologia, Apicultura e Economia Solidária foi realizado nos dias 23, 24 e 25 de novembro e teve como objetivo promover o debate e a troca de saberes sobre a agroecologia, apicultura e economia solidária como temas fundamentais para a construção e fortalecimento das práticas do sujeito coletivo, tornando conhecida a temática à comunidade acadêmica e à sociedade. O Seminário de Reativação da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – Intecoop/UFJF encerrou o evento, orientando a discussão para o debate sobre as práticas coletivas de geração de renda e a importância da extensão universitária nesse processo, trazendo para o centro do espaço acadêmico o trabalhador organizado em diversas experiências de produção, distribuição, prestação de serviços, consumo e crédito sob a forma de autogestão.

educação vista sob essa perspectiva depende de uma construção mútua, de modo a considerar que nenhum homem é desprovido de saber.

A economia solidária se distingue do setor privado principalmente em seu sistema de gestão, Gadotti (GADOTTI, 2009, p.31-32) aponta que a gestão solidária está ligada à melhoria da qualidade de vida dos associados, ao empreendimento econômico solidário, a um modo de vida sustentável e ao bem viver da população. Nesse sentido, o processo formativo na economia popular solidária vai além da simples formação para uma gestão colaborativa, perpassa diversas esferas da sociedade e une diversas causas.

Apreender o significado dos espaços de formação e articulação em Economia Solidária enquanto constituintes do processo de construção e consolidação de alternativas à precarização das condições vitais da classe trabalhadora, que nos contextos de crises se amplificam, – segundo István Meszáros (2009), estamos vivendo “A Crise Estrutural do Capital” – requer, necessariamente, para seu amadurecimento, que tenhamos consciência teórica e utilização prática dos processos de educação e estratégias pedagógicas. Logicamente, mesmo que os sujeitos que participem do processo – trabalhadores, trabalhadoras e demais envolvidos diretamente na construção dessa alternativa contra hegemônica – não tenham, a princípio, muito acúmulo ou conhecimento referente aos processos teóricos e práticos desenvolvidos historicamente, isso não significa um obstáculo, antes essa realidade é prevista como parte do processo de formação, ademais foi através da própria condição de vida dos trabalhadores e trabalhadoras explorados historicamente, que se desenvolveram as formulações teóricas e práticas que hoje subsidiam a construção de nossas experiências contra hegemônicas e é somente através da consolidação dessas, que encontramos as inspirações necessárias para a possibilidade de construção da emancipação humana.

A emergência dessas formulações teóricas e práticas germina a partir do processo de desenvolvimento do sistema capitalista, que impõe uma exploração desenfreada aos trabalhadores e trabalhadoras.

Nesse sentido, qualquer iniciativa que objetive pensar em educação e estratégias pedagógicas – numa perspectiva contra hegemônica – reivindica preliminarmente uma análise das formulações teóricas e práticas desenvolvidas historicamente. A emergência desse tema se acentua gradativamente, assim como se evidencia paulatinamente as contradições do sistema capitalista. Necessariamente, pensar em educação e estratégias

pedagógicas, determina que consideremos a lógica perversa do capital, principalmente no cenário histórico posterior à reestruturação produtiva, com todas as suas implicações e consequências devastadoras para a classe trabalhadora que possibilitou, dentre outras, experiências como o desenvolvimento da Economia Solidária.

3 ESPAÇOS DE FORMAÇÃO E ARTICULAÇÃO DOS TRABALHADORES

No desenvolvimento apresentado anteriormente acerca da educação e estratégias pedagógicas, cuidamos por dimensionar a necessidade de se construir uma análise histórica sobre o processo de educação na sociabilidade capitalista, pontuando de um lado que “o impacto da incorrigível lógica do capital sobre a educação tem sido grande ao longo do desenvolvimento do sistema”(MÉSZAROS, 2009, p.25), e com isso, de outro lado, verificando a inevitabilidade de se “perseguir de modo planejado e consistente uma estratégia de rompimento do controle exercido pelo capital, com todos os meios disponíveis, bem como com todos os meios ainda a ser inventados, e que tenham o mesmo espírito”.(MÉSZAROS, 2009, p.35). Nesse sentido, contamos hoje com um vasto e precioso patrimônio, teórico e prático que nos oferecem táticas e estratégias desenvolvidas historicamente pelos trabalhadores, trabalhadoras e demais envolvidos diretamente na construção de um processo contra hegemônico.

Esses espaços sofreram violento impacto com a reestruturação produtiva, seu esvaziamento acompanhou o discurso individualista que adentrou a década de 1990 e os anos 2000, fragmentando a classe trabalhadora, através do controle e da repressão, e separando também o discurso Econômico do discurso político. Precisamos estrategicamente retomar esses espaços, resgatando o significado indissociável da Economia Política. Os espaços de formação e articulação assumem função elementar nesse processo, representam e possibilitam o acúmulo histórico, e por isso precisam ser ocupados pelos trabalhadores, trabalhadoras e demais envolvidos.

Os fóruns são espaços importantes para o amadurecimento do movimento, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) é um exemplo, funciona como um instrumento do movimento da Economia Solidária e também espaço de articulação e diálogo entre diversos trabalhadores, trabalhadoras e movimentos sociais pela construção da economia solidária,

como base fundamental de outro desenvolvimento socioeconômico para o Brasil. Contudo, a dinâmica deste, precisa estar alinhada e em constante diálogo com os fóruns estaduais, regionais e municipais, pois será através do fortalecimento desses que o Movimento de Economia Solidária terá condições de afetar a realidade social dos trabalhadores e trabalhadoras e com isso, em parceria com diversos movimentos, buscar fortalecer um processo de emancipação humana.

A capacidade organizativa do Movimento de Economia Solidária, em seus diversos níveis – Nacional, Estadual, Regional e Local – vai indicar seus limites e possibilidades de atuação. Quanto mais forte o movimento for, maior amplitude e influência social e política terá. No entanto, o cenário atual da Economia Solidária, mesmo que possamos, parcial e isoladamente, indicar alguns avanços, acompanha o contexto de desmonte do Estado e precarização da classe trabalhadora.

O Movimento de Economia Solidária necessariamente precisa de um contínuo processo de formação, devendo acompanhar e lutar pelos avanços junto ao poder público e espaços institucionais, compreender as Legislações referente à Economia Solidária contribuindo para seu avanço, contudo, é preciso ter consciência dos limites institucionais. Essa possibilidade exige a compreensão de que a apreensão teórica e prática dos envolvidos ocorre em diferentes níveis.

Ressaltamos que a Economia Solidária – em seu significado histórico –, quanto mais o capital avança, mais se torna necessária. Contudo, sua emergência não acompanha sua viabilidade, nessa perspectiva, afirmamos que os espaços de formação adquirem centralidade estratégica. Somente através das oficinas, cursos, feiras e outros espaços os trabalhadores, trabalhadoras e demais envolvidos, em conjunto, conseguem aperfeiçoar a capacidade organizativa, resgatar os valores essenciais para a classe trabalhadora e elevar a viabilidade da Economia Solidária.

4 DIFICULDADES ENFRENTADAS NO TRABALHO AUTOGESTIONÁRIO

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UFJF acompanha as associações e empreendimentos prestando serviços de assessoria administrativa, contábil, marketing e

formação, tendo como principal foco a formação política de seus membros, com a criação de uma consciência coletiva que lute pelos seus direitos.

Ao longo de seu trabalho enquanto projeto de extensão, são diversas as dificuldades enfrentadas pela Intecoop, nota-se que em geral, nos cursos de graduação da UFJF, pouco ou nada se fala sobre o Movimento de Economia Solidária, dificultando assim o andamento do projeto dentro da própria Universidade. Dessa forma, inserir novos professores na Intecoop torna-se um grande desafio. Atualmente a Intecoop atua com uma equipe de bolsistas de diversas áreas do conhecimento, um técnico administrativo e apenas uma professora da área do serviço social, evidenciando a baixa adesão de professores ao projeto.

No processo de trabalho com os grupos Incubados pelo Projeto, uma grande dificuldade observada abarca os diversos conflitos internos envolvendo as relações interpessoais dos integrantes dos grupos. Essa realidade não nos causa surpresa, sobretudo quando temos a compreensão de que o atual estágio da sociabilidade burguesa dissemina a individualidade dos sujeitos. Observamos esses conflitos, tanto a nível interno de cada grupo assistido, quanto nos espaços coletivos envolvendo mais de um grupo.

A experiência da Intecoop indica que um dos principais espaços coletivos do Movimento de Economia Solidária é o fórum. Nele visualizamos claramente os conflitos e as dificuldades das relações interpessoais. A partir da capacidade organizativa do fórum o movimento consegue trabalhar os valores coletivos e construir também espaços de formação. Outro limite observado – que depende da capacidade de envolver os grupos assistidos nos espaços de formação – relaciona-se ao desconhecimento das legislações vigentes por parte dos integrantes dos grupos, o que limita muitíssimo a possibilidade de fortalecimento do movimento.

Além disso, observamos a dificuldade de compreensão da Economia Solidária enquanto um movimento contra hegemônico, sendo essa realidade um grande desafio. Entendemos que as principais dificuldades e conflitos interpessoais surgem não apenas a partir dessa incompreensão, mas também, por outro lado, através de uma visão limitada que muitas vezes vincula o Movimento de Economia Solidária ao poder público. É possível perceber esse limite em muitos integrantes dos grupos ao não se reconhecerem enquanto participantes efetivos do movimento.

Por último, a falta de recursos é um grande desafio que limita as ações na autogestão, alguns poucos grupos com maior capacidade organizativa e amadurecimento político conseguem demonstrar avanços através de parcerias e situações peculiares, mas essa não é a realidade observada de forma geral na autogestão. Dessa forma, é fundamental a participação do poder público, que historicamente é omissa, mas, em conjunturas específicas – em função da capacidade organizativa e da luta do Movimento de Economia Solidária – possibilita alguns avanços.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Economia Solidária é um movimento que representa muito mais do que um conjunto de atividades econômicas organizadas sob a forma de autogestão, como evidencia Gadotti (2009), sendo uma práxis pedagógica que implica em novos valores para a sociedade. É um movimento plural que une o modo de produção econômica com a valorização do espaço local e a solução, através da solidariedade, de diversas problemáticas que possam existir.

A Intcoop enquanto projeto de extensão universitária surge não somente responder a uma demanda de geração de trabalho e renda, mas também para num processo dialético, aprender com os grupos inseridos na Economia Solidária e levar conhecimento, bem como mediar e assessorar esses empreendimentos. No entanto, para realizar um bom trabalho, o Projeto demanda investimento de recursos financeiros e humanos.

Além disso, como enumerado no texto, a maioria dos grupos incubados pelo Projeto não têm conhecimento da legislação acerca da Economia Solidária e não entendem o significado do movimento em si. Nessa perspectiva, aponta-se a necessidade de mais espaços para formação e articulação em Economia Solidária, sendo estes imprescindíveis para a construção do princípio pedagógico da reciprocidade e da igualdade de condições entre educador e educando defendido por Freire (2018). Como postulado por Mészáros (2009), deve-se romper com a lógica do capital na área da educação, substituindo as formas onipresentes e profundamente enraizadas de internalização mistificadora por uma alternativa concreta abrangente (MÉSZÁROS, 2009, p.47).

Reitera-se portanto, que a economia solidária, mais do que um modo de produção, é um modo de vida que nos obriga a ver as pessoas sob outro olhar. Dessa forma, a educação se torna essencial para o avanço da Economia Solidária, sendo ela coletiva e transformadora.

A partir dos elementos trabalhados nesse artigo, apontamos a necessidade de maior articulação entre as regionais do Estado de Minas Gerais. Essa é uma tarefa indispensável para aqueles que constroem o Movimento de Economia Solidária. Observamos um grande distanciamento entre as experiências construídas, o que indica e reforça ações individualistas que tendem a enfraquecer o movimento. Conseqüentemente, havendo maior articulação entre as regionais de Minas Gerais, de forma ampla e coletiva, eleva-se o patamar organizativo do movimento, que ganha em capacidade política e reconhecimento social, ampliando sua base, possibilitando a implementação ou criação de fóruns locais (municipais), em cidades onde já existe alguma inserção ou em novas localidades.

6. REFERÊNCIAS

CAMP. Educação popular e economia solidária. Porto Alegre: 2017. Disponível em:

<<http://camp.org.br/files/2017/11/Cartilha-Educa%C3%A7%C3%A3o-Popular-e-EcoSol-CFES-Sul.pdf>> Acessado em 11 set. 2018.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Políticas públicas de economia solidária no Brasil. In: França Filho, Genauto Carvalho de(Org.) et al. Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional. Salvador: EDUFBA; Editora da UFRGS, 2006.

_____; LAVILLE, Jean. Louis. Economia solidária: uma abordagem internacional. Porto Alegre: EDUFRGS/EDUFBA, 2004.

FREIRE, Paulo. Educação e mudança. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2018.

GADOTTI, Moacir. Economia solidária como práxis pedagógica. São Paulo: Editora e livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2008.

SINGER. P. Introdução à economia solidária. Fundação Perseu Abramo, 2002.